

AUTORIZAÇÃO



Senhor(a) Presidente da Comissão Permanente de Licitação,

Encaminhamos a esse setor as coletas prévias de preços referentes à Contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços de criação de página/web contendo informações específicas, checklist, mapa do licenciamento, acompanhamento de processos, de interesse da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do município de Independência/CE.

Como se vê, dentre as três Pesquisas de Preços apresentadas, a empresa **A. A. FRAGOSO - EPP** inscrito no CNPJ nº 19.622.023/0001-66, cotou o menor preço.

Assim, fica essa Comissão Permanente de Licitação autorizada a proceder com a formalização do respectivo contrato com a pessoa jurídica acima referida, dispensada a licitação, conforme instrui o art. 24, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, nas seguintes condições:

O valor global do contrato será de **R\$ 12.000,00 (doze mil reais)**, a ser pago em função do serviço efetivamente executado e mediante a apresentação e aprovação da respectiva Nota Fiscal, pelo setor competente da Prefeitura Municipal de Independência.

As despesas oriundas do referido contrato correrão por conta da dotação orçamentária nº 1001.18.122.1801.2.053, elemento de despesas 33.90.39.00, subelemento: 33.90.39.99.

Cuide, porém, de exigir previamente da futura CONTRATADA, os seguintes documentos:

1.0 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

1.1 - Cédula de identidade do responsável legal ou signatário da proposta.

1.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e todos os aditivos, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais ou o Registro Comercial em caso de empresa individual, e no caso de sociedade por ações, acompanhado da data da assembleia que elegeu seus atuais administradores. Em se tratando de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

1.3 - PROVA DE INSCRIÇÃO NA:

- a) Fazenda Federal (CNPJ);
- b) Fazenda Estadual (CGF) no caso de fornecimento de produtos;
- c) Fazenda Municipal (ISS) no caso de prestador de Serviços (se for o caso);

1.4 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:



1.4.1 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.

a) A comprovação de quitação para com a Fazenda Federal deverá ser feita através da Certidão Negativa de Tributos e Contribuições Federais e da Dívida Ativa da União, emitida nos moldes da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 02.10.2014.

b) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;

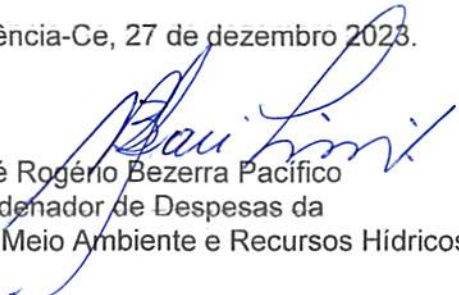
c) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal.

1.4.2 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de Certificado de Regularidade de Situação – CRS e;

1.4.3 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

1.5 - Declaração expressa de que atende ao disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da CF/88.

Independência-Ce, 27 de dezembro 2023.



José Rogério Bezerra Pacífico
Ordenador de Despesas da
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos